

PRÁTICAS E DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NO ENSINO MÉDIO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Milena Caroline Pereira Bartizar ¹

Yara Rodrigues de la Iglesia ²

Joice Luiz Jeronimo ³

RESUMO

A inclusão de estudantes autistas no ensino médio enfrenta desafios estruturais, metodológicos e pedagógicos impostos pelo sistema educacional. Apesar do crescente número de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sua presença ativa é comprometida por barreiras curriculares, atitudinais e organizacionais que ainda predominam nas escolas. A comunicação entre escola, família e equipe pedagógica é crucial para a inserção desses sujeitos no âmbito escolar, assim como a formação docente fundamentada nos direitos humanos e comprometida com a inclusão. A ausência de políticas públicas que promovam a acessibilidade e a transformação dos espaços escolares contribui para a exclusão desses estudantes. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é indispensável, mas é preciso ampliar o olhar para estratégias que envolvam a comunidade escolar na construção de ambientes inclusivos. Este estudo realizou uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de mapear metodologias, práticas e ferramentas que favoreçam a aprendizagem e a participação de estudantes autistas no ensino médio. A busca foi realizada nas bases SciELO e Portal CAPES, utilizando os descritores: autismo, ensino médio, educação, *autism*, *education*, *high school*. Foram considerados apenas artigos publicados em periódicos científicos com revisão por pares, garantindo a solidez das informações. A seleção limitou-se a estudos publicados nos últimos dez anos (2014–2024), nos idiomas português e inglês. Foram encontrados 41 artigos, dos quais 14 foram selecionados após refinamento com foco nos estudos que dialogavam com a questão norteadora desta pesquisa. Analisaram-se estudos que orientam a construção de propostas capazes de romper com a lógica excludente e valorizar a diversidade como princípio pedagógico. A revisão evidenciou que a formação docente, o suporte institucional e o engajamento das famílias são fundamentais para a inclusão. Também constataram-se lacunas nas políticas públicas e na escuta de estudantes com TEA. Este estudo visa subsidiar ações pedagógicas emancipadoras, a partir da análise de experiências bem-sucedidas.

Palavras-chave: Ensino médio. Inclusão. Autismo. Aprendizagem. Comunicação.

¹Especialista pelo Curso de Neurociência, Educação e Desenvolvimento Infantil Pela Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, milenabartizar@gmail.com;

²Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa - Lisboa, yara.iglesia@ifsc.edu.br;

³Doutoranda do Curso da Computação Aplicada da Universidade Federal de Santa Catarina - UDESC, joice.jeronimo@ifsc.edu.br.



INTRODUÇÃO

O crescimento do número de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas públicas brasileiras, especialmente no ensino médio, tem gerado novas demandas para o sistema educacional. Embora as políticas de educação inclusiva avancem em termos legais e institucionais, a realidade cotidiana revela desafios persistentes no processo de inclusão desses estudantes.

O conceito de neurodiversidade, introduzido por Judy Singer na década de 1990, representa um importante marco teórico para a compreensão do TEA na educação inclusiva. Ao propor que as variações neurológicas sejam vistas como diferenças naturais e valiosas da diversidade humana, Singer (1999) desafia a visão tradicional perante o autismo e convida a comunidade escolar a adaptar seus ambientes e práticas para acolher essa pluralidade. Tal perspectiva dialoga diretamente com a abordagem de Mantoan (2006), que destaca que a inclusão não consiste apenas na presença física dos estudantes na sala de aula, mas exige transformações pedagógicas que respeitem as diferenças e promovam uma escola comprometida com a acessibilidade e inclusão. Segundo Mantoan (2006, p. 39), “é possível responder à diferença com a diferença, e não com a homogeneização”.

No Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou um ponto de inflexão ao reconhecer os direitos de todos à dignidade e à cidadania plena, abrindo caminho para políticas públicas mais inclusivas. Décadas mais tarde, a mobilização social de famílias e ativistas, como Berenice Piana, mãe de um menino autista, levou à sanção da Lei 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Esta legislação assegura às pessoas com TEA os mesmos direitos das demais pessoas com deficiência, incluindo acesso à educação, saúde e inclusão social (BRASIL, 2012).

Apesar desses avanços normativos, os desafios permanecem. O Censo Escolar de 2023, por exemplo, revelou que os estudantes com TEA já representam a segunda maior taxa de matrícula na modalidade de educação especial na educação básica (BRASIL, 2023). Esses dados reforçam a necessidade urgente de políticas educacionais que não apenas garantam o acesso, mas também assegurem a permanência, a participação e o aprendizado significativo desses alunos.



Neste contexto, a participação ativa da comunidade escolar é essencial, de modo a garantir que as leis estruturadas para darem suporte aos alunos autistas, estejam de fato em vigor e em pleno funcionamento, pois elas são a estrutura, a base da garantia da equidade e acesso pleno à escola destes indivíduos. Segundo Libâneo (2006), as leis não apenas organizam e estruturam as atividades humanas e sociais, mas também exercem influência significativa sobre o funcionamento dos sistemas de ensino e sobre as práticas escolares.

Diante do exposto, é fundamental que a luta pela promoção da igualdade, organizada pelas famílias, se estenda a toda a comunidade, especialmente no âmbito escolar, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento de crianças e jovens. Visto que o desenvolvimento humano é fortemente influenciado por fatores sociais e culturais (Vygotsky, 2015), funções essenciais do desenvolvimento podem não se realizar plenamente sem condições educativas apropriadas (Pasqualini, 2019).

Para que este acesso ao meio escolar seja pleno, é necessário primeiramente, que o corpo docente tenha ciência do que se trata a inclusão propriamente dita, e que recebam a formação adequada para o acolhimento desse aluno com TEA em na sala de aula de modo integral. Pois como afirma Mantoan (2015, p. 35). “Enquanto a integração pressupõe a adaptação do aluno ao sistema, a inclusão exige que o sistema se modifique para atender às necessidades de todos os alunos”.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é com certeza essencial em sala de aula, considerando os aspectos funcionais e comunicacionais do tempo em sala de aula do indivíduo autista. Todavia é preciso que este educando, seja acolhido, recebido por seu professor assim como qualquer outro aluno. para tanto, a formação adequada é crucial, é a peça chave nesse processo, ela nada mais é que “pois um fértil reduto de esperança e de atuação quando se pretendem alterar os sistemas educativos no sentido de eles corresponderem mais eficazmente à Equidade e à Inclusão” (Rodrigues, 2014, p. 15).

Mas assim como o docente, é preciso que toda a comunidade discente também acolha este estudante integralmente, pois, durante o período de aula, haverão não só momentos de trabalhos em equipe, que sim, todos poderão contribuir para a construção de algo em comum, mas momentos de intervalo, em que muitas vezes, o AEE não poderá estar presente cem por cento do tempo. Além do mais, de acordo com Vygotsky



(2007), o desenvolvimento cognitivo dos educandos ocorre de forma mais significativa por meio das interações sociais nos ambientes escolares, pois é na relação com os outros que eles constroem conhecimento, linguagem e compreensão do mundo ao seu redor.

É fundamental que a sociedade mantenha em mente a seguinte afirmação de Mantoan (2015, p. 88). “A escola inclusiva é, antes de tudo, um espaço de cooperação, onde o trabalho coletivo e o compartilhamento de responsabilidades são fundamentais”.

Diante desse cenário, a presente revisão sistemática da literatura tem como objetivo identificar, analisar e sistematizar metodologias, práticas e ferramentas aplicadas na inclusão de estudantes com TEA no ensino médio. Espera-se, assim, oferecer subsídios teóricos e práticos que contribuam para a construção de uma cultura escolar inclusiva, capaz de responder às demandas específicas desses estudantes e promover equidade educacional.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão sistemática da literatura, cujo objetivo é identificar, analisar e sistematizar práticas pedagógicas, metodologias e ferramentas utilizadas na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino médio. A escolha por este tipo de abordagem se justifica pela necessidade de reunir e organizar evidências científicas que subsidiem práticas educacionais mais eficazes, fundamentadas em experiências documentadas e validadas academicamente.

A busca pelos estudos científicos foi realizada entre os meses de setembro e dezembro de 2024, nas bases de dados Portal de Periódicos CAPES e SciELO, utilizando os seguintes descritores: autismo, ensino médio, educação, *autism*, *high school* e *education*. Foram considerados apenas estudos publicados em português e inglês, revisados por pares, e disponíveis na íntegra. Além disso, estabeleceu-se como critério temporal o período dos últimos dez anos, compreendendo, portanto, publicações entre 2014 e 2024. Abaixo encontram-se a quantidade de estudos encontrados em cada base:

Estudos encontrados	
CAPES	sciELO



15	26
Estudos que alinham-se com a questão norteadora da pesquisa	
8	6

Os artigos selecionados para compor a presente revisão alinham-se com os com a seguinte questão norteadora da pesquisa: “Como integrar de forma efetiva o educando autista no ensino médio?” Priorizaram-se aqueles que abordavam especificamente o contexto do ensino médio e a inclusão de estudantes autistas com enfoque em práticas pedagógicas, desafios psicossociais, formação docente e políticas públicas. Esta categorização final permitiu a construção de um estudo crítico baseado nas contribuições mais recorrentes, bem como das lacunas ainda presentes na literatura.

RESULTADOS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Suas Implicações na Educação

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento do indivíduo. Os alunos com TEA possuem uma maneira única de processar informações e interagir com o ambiente, o que exige uma abordagem pedagógica diferenciada. A inclusão escolar efetiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências dependem de uma compreensão aprofundada da diversidade e das especificidades de cada aluno. Nesse processo, o diagnóstico desempenha um papel fundamental, não apenas como uma formalização de uma condição, mas como um instrumento que auxilia os educadores na busca por estratégias pedagógicas adequadas. O laudo diagnóstico não deve ser encarado como um rótulo, mas como um documento que oferece informações relevantes para a elaboração de práticas pedagógicas mais inclusivas. Através dele, os professores podem compreender as necessidades e características do aluno, permitindo a adoção de metodologias e abordagens que atendam às suas particularidades. Nesse sentido, o diagnóstico não apenas garante o direito à educação, mas também fortalece o papel do educador ao orientá-lo na formação contínua e na adaptação de suas práticas,



garantindo que o aluno com deficiência seja respeitado em sua individualidade e tenha oportunidades reais de aprendizagem.

O diagnóstico é um instrumento garantidor de direitos sociais. Nessa direção, a condição diagnóstica expressa no laudo pode auxiliar o professor na busca de ferramentas pedagógicas e formação específica. Visto dessa forma, o laudo diagnóstico não é considerado um ente si, mas um documento com o qual dialogar. Enquanto docentes, temos de nos haver com as especificidades que a condição diagnóstica expressa no laudo pode impor ao processo de escolarização. Logo, não se trata de rotular ou estereotipar a criança. Mas de reconhecer a diversidade presente na escola, de fazer um movimento de inclusão escolar. (Arantes, 2022, p.27)

A Formação dos Educadores: Elemento Essencial para a Inclusão

A formação dos educadores é um dos fatores essenciais para garantir a inclusão efetiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas. A capacitação docente deve ir além das noções básicas sobre o transtorno e abranger estratégias pedagógicas específicas, que possibilitem a adaptação dos conteúdos e das metodologias de ensino de maneira eficaz.

É fundamental, portanto, que sejam oferecidas aos professores, assim como aos outros agentes educacionais, oportunidades de formação na área da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Porém, não são todas as propostas formativas nessa área que se mostram capazes de satisfazer as necessidades dos educadores. (Monteiro e Freitas, 2021, p.912)

Além disso, é importante que a formação envolva tanto o aspecto teórico quanto o prático, permitindo que os educadores adquiram habilidades que possam ser aplicadas diretamente no cotidiano da sala de aula. Ainda hoje, há barreiras socioculturais enraizadas em nossa sociedade, tal como o conceito capacitista dentre os docentes “é comum os professores não acreditarem muito no potencial de desenvolvimento dos alunos com deficiência, limitando as oportunidades de aprendizagem oferecidas a eles.” (Monteiro e Freitas, 2021, p. 919)

A prática pedagógica inclusiva, com foco no TEA, deve ser também colaborativa, envolvendo não apenas os professores, mas também outros profissionais da escola, como psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais. “Propostas de formação em que se desenvolvem reflexões a partir da escrita e do compartilhamento de narrativas autobiográficas são muito importantes por mobilizarem novos modos de significar os desafios e as possibilidades presentes no cotidiano escolar.” (Monteiro e Freitas, 2021, p.924)



Neste viés, a troca de experiências e estratégias entre esses profissionais é fundamental para criar um ambiente mais acolhedor e adequado para os alunos autistas.

É necessário que a discussão teórica esteja articulada às experiências dos educadores, de modo que eles tenham a oportunidade de ressignificá-las e de reelaborar as concepções que têm fundamentado suas práticas. (Monteiro e Freitas, 2021, p.913).

A Importância da Família no Processo de Inclusão

A inclusão de alunos com TEA no ensino médio não depende exclusivamente das ações escolares (conforme mencionado anteriormente), mas também do envolvimento da família. O apoio familiar é crucial para o sucesso acadêmico e social desses alunos, uma vez que as famílias têm um papel ativo na adaptação dos alunos ao ambiente escolar e na implementação de estratégias em casa que complementam o trabalho desenvolvido na escola. Afinal

Os pais são os primeiros a lidar com a mudança de rotinas e com as prioridades na família em função dos filhos com deficiência. Nesse sentido, eles têm um papel primordial na promoção de cuidados de saúde e de propostas educativas para apoiar o desenvolvimento integral desses sujeitos. (Guimarães et al. 2023, p.943)

A comunicação eficaz entre a escola e a família também é um ponto-chave. “O suporte direcionado aos familiares é fundamental para apoiar a tomada decisão dos estudantes com TEA, já que muitas vezes necessitam de orientação no decorrer do processo acadêmico.” (Andrade et al., 2024, p.10) O trabalho conjunto entre educadores e familiares ajuda a garantir que as estratégias pedagógicas aplicadas na escola sejam consistentes com as abordagens utilizadas em casa, criando um ambiente de aprendizagem mais coeso. Além disso, a sensibilização das famílias sobre o transtorno é fundamental para que compreendam as necessidades e os desafios dos filhos, promovendo um apoio emocional adequado.

A construção de um ambiente familiar que favoreça a autonomia e o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais é crucial para a inclusão plena desses alunos no ensino médio.

Os Desafios Psicossociais e Emocionais da Inclusão

A inclusão de alunos com TEA no ensino médio envolve não apenas questões pedagógicas, mas também desafios psicossociais e emocionais. A adaptação ao



ambiente escolar, a construção de amizades e a liberdade por parte dos colegas são elementos cruciais para o sucesso da inclusão. Dentre as dificuldades enfrentadas por estes indivíduos, “o preconceito e o bullying no ambiente escolar afetam o desenvolvimento e a trajetória de boa parte dos estudantes com deficiência, que podem desanimar dos estudos se não encontrarem apoio familiar, de colegas e de professores.” (Guimarães et al. 2023, p.944) Neste sentido, é fundamental que a escola adote uma postura proativa no combate ao bullying e à exclusão social.

Esses desafios podem impactar níveis tanto o desenvolvimento emocional quanto o desempenho acadêmico. As dificuldades de comunicação e as limitações de habilidades sociais, características comuns no TEA, podem dificultar a integração desses alunos no ambiente escolar.

Dependendo das características de comunicação de pessoas com TEA, elas podem causar constrangimento aos seus amigos, levando a emoções negativas mútuas. Envolver-se nessas emoções negativas leva a um aumento do estresse e pode ser uma causa de depressão. É extremamente importante que os professores escolares prestem atenção à comunicação dos alunos e identifiquem as características dos alunos para fornecer o apoio adequado. (Omiya et al. 2020, p. 11)

A compreensão das normas sociais implícitas, como a leitura de expressões verbais e a compreensão de gestos, é um desafio para muitos alunos autistas. Assim, o ambiente escolar deve proporcionar oportunidades para o desenvolvimento dessas habilidades. Neste sentido, é importante ressaltar e observar que,

O domínio da comunicação no intuito do ensino é essencial, tornando um poderoso procedimento metodológico natural, pois a boa dicção clara promove a cooperação e evolução entre os envolvidos. Os objetivos se tornam mais vivos e acessíveis quando ferramentas de aplicabilidade entram em conexão, nesse caso, o ouvinte e o falante. (Melo et al. 2023, p.6)

A promoção da qualidade de vida do aluno autista no ambiente educacional exige uma abordagem personalizada que respeite as particularidades de cada aluno, favorecendo seu desenvolvimento por meio de pequenos gestos e atitudes que fomentem sua autonomia. O processo de ensino e aprendizagem deve ser realizado com paciência, pois é necessário compreender as necessidades específicas do aluno e respeitar seu tempo e ritmo. A comunicação clara e eficaz desempenha um papel fundamental nesse contexto, sendo um meio essencial para o sucesso do ensino, uma vez que facilita a interação entre o educador e o aluno. Ao utilizar uma dicção clara e acessível, o educador cria um ambiente de cooperação e conhecimento mútuo, onde as



barreiras de comunicação são minimizadas. Além disso, a integração de ferramentas metodológicas no processo de ensino contribui para tornar o aprendizado mais tangível e eficaz, estimulando o engajamento do aluno e o seu avanço no ambiente educacional. Assim, ao aliar paciência, comunicação clara e utilização de recursos pedagógicos adequados, o educador promove um ambiente inclusivo e respeitoso, favorecendo a evolução do aluno autista de maneira significativa e personalizada.

Políticas Públicas e Ações Governamentais para a Inclusão Escolar

No Brasil, a inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares é respaldada por uma série de políticas públicas que buscam garantir o direito à educação inclusiva. O avanço nas lutas sociais em prol da superação das diversas formas de discriminação e da garantia dos direitos humanos, como o direito à Educação Inclusiva de qualidade, tem mostrado progressos, mas ainda enfrenta desafios consideráveis.

A PNEEPEI de 2008, que determina a escola regular como espaço privilegiado para a inclusão de todas as diferenças. No entanto, não basta somente que o estudante com deficiência esteja na escola. Os dados apontam que é preciso disponibilizar recursos que garantam a qualidade do ensino e os avanços na aprendizagem, sendo os suportes e os recursos inclusivos, como as adaptações de espaços, atividades e atitudes, assim como o AEE e o Plano de Desenvolvimento Individual ou Planejamento de Ensino Individualizado (PEI), ferramentas que esses alunos precisam para a redução das barreiras ao seu processo de desenvolvimento escolar. (Guimarães et al. 2023, p.948)

Enquanto, no passado, a principal questão envolvia o acesso à escola, hoje a realidade exige a garantia da permanência e do aprendizado dos estudantes com deficiência dentro do ambiente escolar. Esse novo desafio reflete a compreensão de que, para que a inclusão seja de fato efetiva, não basta que o aluno com deficiência tenha acesso ao espaço educacional, mas também é crucial que ele consiga participar plenamente da vida escolar, usufruindo de um processo de aprendizagem que atenda às suas necessidades específicas. Para isso, é necessário que a escola adote práticas pedagógicas inclusivas e promova adaptações que favoreçam o engajamento de todos os estudantes, garantindo que eles se sintam reunidos, respeitados e tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial. Esse movimento exige uma reflexão constante sobre as práticas educacionais, a formação adequada dos profissionais e o investimento em recursos e estratégias



que possam eliminar as barreiras que ainda existem para a plena participação de todos no contexto escolar.

Em relação ao estudantes do ensino médio, a uma preocupação ainda maior, visto que a obtenção do apoio pedagógico especializado é escasso na rede estadual, onde é ofertado o ensino gratuito secundário, por conta da dependência administrativa dessas escolas do governo estadual, onde o processo é mais lento para a contratação de pessoas qualificadas, que podem fazer a mediação e a monitorização de perto do aprendizado do estudante autista.

O processo de escolarização de alunos com autismo não se completa e que poucos alunos chegam ao ensino médio. A taxa de evasão escolar é alta e mesmo aqueles alunos que estão matriculados nas séries e anos correspondentes à idade, não frequentam, necessariamente, as turmas regulares em que estão registrados. (Lima e Laplane, 2016, p.280)

Além disso, a falta de um sistema de monitoramento eficiente para avaliar a qualidade das práticas inclusivas nas escolas é uma lacuna que precisa ser corrigida. “Possivelmente, a escassez de recursos inclusivos está relacionada ao baixo volume de investimentos públicos em educação no país, ou mesmo à lentidão do processo de implementação da Política nos contextos locais.” (Guimarães et al. 2023, p.942). É preciso que a comunidade escolar reflita que “o impacto das cotas e das políticas inclusivas vai muito além do texto da Lei, afeta identidades e concepções de pessoas sobre sua forma diversa de ser e estar no mundo, ao trazer para o centro do debate a pessoa e suas capacidades.” (Guimarães et al. 2023, p.949)

CONCLUSÃO

A presente revisão sistemática da literatura identificou um conjunto significativo de estudos que discutem práticas pedagógicas, metodologias e estratégias voltadas à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino médio. Os resultados evidenciam que, embora haja avanços normativos e experiências promissoras, ainda persistem desafios estruturais, formativos e atitudinais que limitam a efetivação de uma inclusão verdadeiramente equitativa.

Dentre os principais entraves identificados estão a falta de formação continuada dos docentes, a insuficiência de políticas públicas que garantam o suporte necessário à escola e a ausência de práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos



estudantes autistas, especialmente no contexto do ensino médio, marcado por demandas acadêmicas mais rígidas.

Esses fatores, somados aos desafios psicossociais enfrentados por esses alunos, reforçam a urgência de uma abordagem institucional e coletiva que vá além do atendimento individualizado, promovendo uma cultura escolar inclusiva em todos os níveis.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM-5. 5a ed. Porto Alegre: Artmed. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.

BRASIL. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

CUNHA, Ana Carolina Castro P. Deficiência como expressão da questão social. Serviço Social & Sociedade, 2021.

MARTINS, L. M. et al. A educação infantil e suas interfaces formais e informais. Caminhos para a escola inclusiva. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

PASQUALINI, Juliana Campregher. Três teses histórico-críticas sobre o currículo escolar. Educação e Pesquisa, v. 45, p. e214167, 2019.

VYGOTSKY, Lev. S. A Formação Social da Mente. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LIBÂNEO, José Carlos. Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. Educação & Sociedade, v. 27, p. 843-876, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?. Summus Editorial, 2015.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? Disability Discourse. Buckingham: Open University Press, p. 59–67, 1999.

RODRIGUES, David. Os desafios da equidade e da inclusão na formação de professores. Revista de Educación Inclusiva, v. 7, n. 2, 2017.

LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. Escolarização de Alunos com Autismo. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, p. 269–284, 2016.



MONTEIRO, C. M.; FREITAS, A. P. A (trans)formação de Educadores Por Meio do Trabalho com Narrativas no Contexto Inclusivo. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 6, n. 19, p. 910–926, 2021.

ARANTES, S. L. F. Diálogos sobre Autismo na Formação de Professores: Projeto de Ensino. Revista Ensino em Foco, v.1, n.10, p. 22 - 36, 2022.

ANDRADE, A. M. et al. Recursos educacionais para estudantes com transtorno do espectro do autismo (TEA): síntese de evidências qualitativas. Psicologia Escolar e Educacional, v. 28, 2024.

BENITEZ, P. et al. Formação em Análise do Comportamento no contexto da Educação Especial: Variáveis Pessoais e Atitudinais Relacionadas à Inclusão. Psicologia: Ciência e Profissão v. 43, p. 1-19, 2023.

PIENAAR, S.; DREYER, L. M. Including learners with Autism Spectrum Disorder: Voices of mainstream teachers. Journal of Education (University of KwaZulu-Natal), n. 93, 2023.

PACHECO, R.; FREIRE, S. F. C. D. Understanding autistic students' relationships at school: a dialogical perspective on the development of the self. Revista Pro-Posições (periódico da Unicamp), v. 32, 2021.

GUIMARÃES, M. C. A.; BORGES, A. A. P.; VAN PETTEN, A. M. V. N. Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, p.935-952, 2021.

MELO, C. R. G. et al. A Adaptação de Instrumentos Tecnológicos e o Procedimento Avaliativo na Educação Inclusiva. Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 3, 2023.

OMIYA, T. et al. Factors Influencing Sense of Coherence: Family Relationships, High School Life and Autism Spectrum Tendency. Children, v. 9, 2020.

MOURA, T. L. D. et al. Trajetória Educacional de Estudantes com Autismo e Deficiência Intelectual: avaliação de leitura, escrita, matemática e comportamento verbal. Ciência & Educação, v.29, 2023.

GENTILIN, A. F. B. Da Exclusão À Inclusão De Estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo: estudo sobre as mediações educacionais que promovem o desenvolvimento. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 11, p. 19-39, 2021.

MAZON, C. et al. Fostering parents-professional collaboration for facilitating the school inclusion of students with ASD: design of the “ToGather” web-based prototype. Education Tech Research, v. 70, p. 231–262, 2022.

RODRIGUES, S. R. M. C.; SALES, L. C. Necessidades Formativas do Professor Frente à Demanda de Alunos da Educação Especial em Classes Comuns. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 30, 2024.

